CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA
2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2009
PRESIDENTES: PATRÍCIA MORATO MARANGÃO e AFRÂNIO CARLOS NAPOLITANO "ad hoc"
SECRETÁRIO: FÁBIO MOLINA BEZ

Aos doze dias do mês de janeiro de dois mil e nove no Plenário da Câmara Municipal de Garça, com início às dezessete horas e vinte minutos, sob a presidência da vereadora Patrícia Morato Marangão, Presidenta, e secretariada pelo vereador Fábio Molina Bez, Secretário, realizou-se a 1ª Sessão Extraordinária de dois mil e nove. Feita a chamada inicial dos senhores vereadores, constatou-se as seguintes presenças: Adamir Maurício de Barros, Afrânio Carlos Napolitano, Antonio Franco dos Santos "Bacana", Fábio Molina Bez, Graziela Telles Mathias Manchini, Júlio Cezar Kemp Marcondes de Moura, Patrícia Morato Marangão, Pedro Henrique Scartezini, e Wilson Alves, totalizando nove Edis presentes à Sessão. Havendo número legal para o início dos trabalhos e, considerando válida a chamada única, a senhora Presidenta, em nome de Deus, declarou aberta a presente Sessão, passando-se para a **ORDEM DO DIA**, conforme dispõe o Regimento Interno em vigor. **ITEM I** – Projeto de Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 01/2009, de autoria do Prefeito Municipal, propondo modificações nos artigos 79, 99 e 100, visando à inserção do Vice-Prefeito nas atividades administrativas de governo assim como a criação da Procuradoria Geral do Município. 1ª DISCUSSÃO E VOTAÇÃO. A Mesa informou que o vereador Pedro Henrique Scartezini havia apresentado uma emenda modificativa ao projeto. Colocado em discussão, fizeram uso da palavra os vereadores: PEDRO HENRIQUE SCARTEZINI, disse que era favorável ao projeto, porém com a ressalva de que os vencimentos do vice-prefeito tivessem um teto menor que o proposto no projeto original, em sua exposição de motivos disse que as atribuições e responsabilidades do Vice-Prefeito eram substancialmente menores que a do Prefeito, razão pela qual o teto daquele não poderia ser o limite de vencimentos deste. Por isso, disse que entraria com uma emenda modificativa limitando os vencimentos do Vice-Prefeito a cinqüenta por cento dos vencimentos do Chefe do Executivo. WILSON ALVES: ponderou que a intenção do projeto era melhorar o suporte jurídico da Prefeitura Municipal, algo que ele era plenamente favorável, bem como o teor dos demais itens do projeto em tela, e ainda da emanda modificativa proposta pelo vereador que o anteceu à tribuna. Ressaltou, no entanto, a necessidade de que nos próximos projetos a serem remetidos para a apreciação da Casa, os mesmos fossem encaminhados com maior antecedência e de maneira mais completa pelo Poder Executivo Municipal. Concluiu seu pronunciamento lembrando que o Chefe do Executivo poderia naquela oportunidade ter encaminhado o projeto que reestruturaria as secretárias, bem como o estudo do impacto financeiro, pois assim ocorrendo otimizaria as ações necessárias para as mudanças pretendidas pela Prefeitura. JÚLIO CÉZAR KEMP MARCONDES DE MOURA: destacou a boa vontade do Prefeito, que desde o primeiro momento chamou os vereadores a participarem em conjunto da Administração Municipal, inclusive com livre acesso às secretarias. Destacou a impotância da criação da Procuradoria Geral do Município, uma vez que esse instituto é de indispensável importância para a gestão mais eficiente dos negócios jurídicos da Municipalidade. Concordou ainda com a emenda modificativa apresentada ao projeto no que tange aos vencimentos do Vice Prefeito, lembrando, no entanto, que sua vigência só ocorreria a partir da próxima legislatura. AFRÂNIO CARLOS NAPOLITANO: especificamente no que se refere ao vice-prefeito, destacou que é desejo do atual vice-prefeito, com o aval do Prefeito Municipal, ter funções efetivas na Administração Pública Municipal. Manifestou ainda a sua concordância com a apresentação da emenda modificativa no que dizia respeito ao teto de vencimentos do vice-prefeito, o que achou bastante pertitente e oportuno. Com relação a criação da Procuradoria Geral do Município, destacou sua relevância, e enfatizou que a mesma não oneraria os cofres públicos municipais, uma vez que haveria remanejamento de recursos. Disse que a disposição inicial ao diálogo manifestada pelo Chefe do Executivo, com a realização de reuniões e oferecendo uma maior autonomia aos vereadores era louvável, porém destacou a necessidade de que o Prefeito chamasse os edis para a discussão dos projetos que encaminharia a Casa, com o intuito de aparar algumas arestas e facilitar as tramitação e votação na Casa. ADAMIR MAURÍCIO DE BARROS: manifestou seu contentamento com a abertura oferecida pelo atual Chefe do Excutivo, porém disse que a discussão dos projetos a serem remetidos para a Casa sempre merecerá uma maior discussão e atenção em sua análise, e isso poderia ser feito preferencialmente na época das sessões ordinárias, uma vez que já estariam formadas as comissões. A Mesa informou que o quórum exigido para a aprovação desta matéria era o da maioria qualificada, e o sistema de votação o nominal,

conforme as normas regimentais vigentes. Colocado em votação, artigo por artigo, e dispensada a leitura do projeto por solicitação do vereador Wilson Alves aprovado pela unanimidade em Plenário, o projeto foi aprovado por unanimidade de votos. Colocada em votação a emenda modificativa, a mesma foi aprovada por unanimidade de votos. **ITEM II** – Projeto de Lei nº. 01/2009, de autoria do Prefeito Municipal, que dispõe sobre a criação, estruturação e atribuições de Sub-Prefeitura no Distrito de Jafa. 1ª DISCUSSÃO E VOTAÇÃO. Em pedido de ordem, o vereador Wilson Alves solicitou à Mesa, a interrupção da sessão por dez minutos, pedido este que foi atendido pela Senhora Presidenta. Dando prosseguimento aos trabalhos, a Presidência colocou o projeto em discussão, fazendo uso da palavra os vereadores Pedro Henrique Scartezini: destacou as características inéditas e polêmicas do projeto, ressaltando, no entanto, que o mesmo era uma proposta de campanha do atual Prefeito, e como cabia a ele a direção do Município, votaria favoravelmente ao mesmo, até para manifestar um voto de confiança ao governo que se iniciava. Ponderou, entretanto, que o projeto não tinha sido apresentado com todos os componentes necessários para uma melhor apreciação, razão pela qual achava de bom tom que os próximos projetos a serem encaminhados a Casa viessem mais completos, oferecendo assim maiores subsídios para sua apreciação e deliberação em Plenário. PATRÍCIA MORATO MARANGÃO, ocupando a Presidência o vereador Afrânio Carlos Napolitano: ponderou que embora apoiasse a atual Administração e a criação da subprefeitura em Jafa, e em respeito à confiança depositada em seu nome pela população de Garça e Distrito de Jafa, era seu dever expressar a sua opinião sobre o projeto em tela, que a seu ver não estava bem explicitado. Disse que não gostaria de se ver obrigada apoiar a todo e qualquer projeto advindo o Poder Executivo, só pelo feto de compor o grupo de apoio político do Prefeito, mas sim em aprovar projetos consistentes, completos e com todos os requisitos necessários para sua boa análise e deliberação. Manifestou sua satisfação com a disposição do Prefeito em chamar os vereadores à Prefeitura, e assim abrir um importante canal de comunicação com a Edilidade local, no entanto, disse não ter gostado da maneira como o atual vice-prefeito respondeu a seu questionamento quanto ao funcionamento da subprefeitura em Jafa, pois a seu ver sua resposta tinha sido evasiva, insinuando que não seria da competência dos vereadores a ingerência nesse assunto, algo que não poderia concordar, pois a seu ver o vereador precisa participar de todas as discussões importantes no Município, estabelecendo a divisão de Poderes de modo harmônico e construtivo, onde cada um: Executivo, Legislativo e Judiciário, exerce com liberdade e responsabilidade suas atribuições legais. A fim de complementar seu argumento, pediu vênia aos presentes para ler um artigo de autoria da ex-vereadora Maria Luiza Santos Silva Pelegrini. Retomando seu pronunciamento, concluiu lembrando que assim como os demais Poderes, o Poder Legislativo também merece ser respeitado. Após fazer uso da palavra a vereadora Patrícia Morato Maangão reassumiu suas funções como Presidenta na Mesa Diretora. ADAMIR MAURÍCIO DE BARROS: manifestou seu voto contrário ao projeto em tela, justificando que o mesmo estaria com muitas lacunas a serem preenchidas, e por princípio não poderia votar em um projeto que não estivesse com a devida clareza para uma boa análise e julgamento. WILSON ALVES: ressaltou que os projetos estavem sendo bem debatidos, sinal evidente de que os vereadores tinham estudado atentamente os mesmos. Manifestou seu voto favorável ao projeto por vê-lo semelhante ao que lhe prescedeu na Ordem do Dia, porém ponderou as mesmas ressalvas já apresentadas quanto ao primeiro. Ponderou, no entanto, que se a Casa havia aprovado o primeiro projeto, deveria por coerência aprovar o segundo, pois eram de mesma natureza. Comentou ainda que o projeto não deverá criar novas despesas para a Prefeitura, uma vez que haverá uma reestruturação nas secretarias. Em solicitação de a parte o vereador Pedro Henrique Scartezini, disse que seriam fundidas as secretarias da Indústria e Comércio com a Secretaria da Fazenda. De volta a palavra ao vereador á tribuna, lembrou ainda que, se por algum motivo, nos projetos futuros a serem encaminhados para a Casa, houvesse um aumento de despesas decorrente destes arranjos administrativos, ou faltando elementos indispensáveis à sua aprovação, ele votaria contra tais projetos, uma vez que feririam a legislação de responsabilidade fiscal em vigência. Destacou também que a Casa ainda deliberaria sobre os vários assuntos pendentes relatados naquela oportunidade, e ao final tudo deveria tramitar pelo Legislativo Municipal para as efetiva validação. GRAZIELA TELLES MATHIAS MANCHINI: ressaltou a necessidade de que a Casa mostrasse nestes pimeiros momentos da nova Administração Municipal sua confiança no Prefeito Municipal, ponderando que, embora houvesse algumas falhas na apresentação dos projetos, os mesmos deveriam ser aprovados, pois propiciariam uma melhor gestão da coisa pública, e, no caso da criação da subprefeitura do Distrito de Jafa, atender aos anseios daquela localidade. Destacou ainda a facilidade de acesso ao Poder Executivo, e sua boa vontade em trabalhar

em parceria com o Poder Legislativo, razão pela qual a Casa deveria também manifestar sua boa vontade e, em reciprocidade à iniciativa do Executivo, colaborar na aprovação dos projetos. JÚLIO CEZAR KEMP MARCONDES DE MOURA: destacou que os projetos não apresentam vícios nem de natureza legal, nem financeira. Lembrou que naquela oportunidade apenas estavasse criando a figura da subprefeitura, enquanto os demais assuntos pertinentes à implementação daquela subprefeitura estariam, no seu devido tempo, sendo encaminhadas à apreciação da Casa para sua deliberação e votação. Destacou ainda que o projeto em tela era, como já havia sido apontado por um colega da Casa, idêntico em sua natureza ao outro projeto que já havia merecido aprovação dos edis, uma vez que não haveria motivos para que o projeto discutido naquele momento fosse rejeitado. ANTONIO FRANCO DOS SANTOS "BACANA": relatou a visita que os vereadores haviam feito na Prefeitura, destacando as explicações que o Senhor Prefeito havia feito sobre o projeto em discussão, a seu ver as explicações foram pertinentes e convincentes, destacando que a criação da subprefeitura em Jafa é uma benfeitoria que encontra-se dentre os anseios daquela comunidade. Disse a única dúvida seria quanto ao número de funcionários que aquela subprefeitura alocaria. Ressaltou a necessidade de que a Prefeitura atente sempre para a correção legal no envio das matérias a serem votadas pela Casa, a fim de não prejudicar a aprovação dos projetos. Por fim manifestou seu voto favorável ao projeto, e sua disposição de dar um voto de confiança ao Prefeito, desejando que o bom relacionamento com o Poder Executivo, e o diálogo na elaboração dos projetos permaneça. AFRÂNIO CARLOS NAPOLITANO: na mesma linha de raciocínio do vereador que o antecedeu, relatou a visita à Prefeitura, oportunidade em que o Chefe do Executivo explicou de modo convincente a motivação para a apresentação do projeto, embora, assim como os demais, tenha visto a necessidade de que os projetos sejam apresentados com maior detalhamento. Ressaltou que a criação da subprefeitura em Jafa foi um compromisso do grupo político vitorioso nas últimas eleições, e que intenção não é de criar qualquer nova despesa, mas melhorar o atendimento naquele Distrito, remanejando os recursos já existentes. Ainda a esse respeito disse que o efetivo funcionamento da futura subprefeitura deve ser fiscalizado, não só pelo Poder Público, mas pelos munícipes lá residentes, a fim de corrigir eventuais problemas que venham a ocorrer. Manifestou o seu desejo de que a atual legislatura caminhe em harmonia e com liberdade de opinião, discutindo os projetos sem aceitar qualquer tipo de pressão. Por fim, com relação ao tratamento dispensado pelo Senhor Vice-Prefeito à Presidenta da Casa, disse que pediria ao mesmo, seu colega de partido, esclarecimentos sobre o ocorrido. ADAMIR MAURÍCIO DE BARROS, para encaminhamento de votação pela liderança da bancada do PSDB, DEM, PDT: disse que não era contra a criação da subprefeitura de Jafa, mas que o projeto não estava completo, inclusive com mais falhas que o primeiro projeto votado naquela sessão, razão pela qual havia votado contra o mesmo. PEDRO HENRIQUE SCARTEZINI, para encaminhamento de votação pela liderança da bancada do PTB, PV: disse que não via nenhuma irregularidade no projeto, razão pela qual não havia motivos legais para a sua rejeição, lembrou que o projeto apresentado apenas criava a subprefeitura do Distrito de Jafa, não a sua estrutura e organograma, fato que seria objeto e novo projeto que haveria de passar pela Câmara para sua discussão e votação. A Mesa informou que o quórum para aprovação desta matéria era o da maioria absoluta e o sistema de votação o nominal, conforme as normas regimentais vigentes. Colocado em votação, artigo por artigo, o projeto foi aprovado por maioria de votos, sendo sete votos favoráveis e um voto contrário. Não havendo mais matéria na Ordem do Dia, a senhora Presidenta, em nome de Deus, declarou encerrada a Sessão, da qual foi lavrada esta Ata. Garça, doze de janeiro de dois mil e nove.-.-.-

PATRÍCIA MORATO MARANGÃO
Presidenta

AFRÂNIO CARLOS NAPOLITANO
Presidente "ad hoc"

FÁBIO MOLINA BEZ
Secretário